

# **ANOS DE CHUMBO: UMA ANÁLISE DOS APARELHOS DE REPRESSÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR APARTIR DO AI-5**

Wilson Pinheiro Araújo Neto<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como principal finalidade análise do processo de montagem e articulação do aparelho repressivo montado na Ditadura civil militar considerando variadas análises da historiografia que perpassam pelas diversas práticas repressivas nos campos político, social e cultural no Brasil. Neste sentido, iremos dar ênfase nas práticas de alguns órgãos criados na época e suas consequências no campo das relações político-sociais no regime militar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Repressão, funcionamento, ditadura.

**ABSTRACT:** This paper has as main purpose to analyze the assembly process and articulation of the repressive apparatus mounted on civil military dictatorship considering various analyzes of historiography that move through the various repressive practices in the political, social and cultural development in Brazil. In this regard, we emphasize the practices of some bodies created at the time and its consequences in the field of socio-political relations in the military regime.

**KEYWORDS:** Repression, functioning dictatorship.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão

## 1. INTRODUÇÃO

*“Censura nunca acaba para aqueles que vivenciaram a experiência. É uma marca no imaginário que afeta o indivíduo que sofreu. É para sempre.*  
(Noam Chomsky)

Repressão: segundo um dicionário virtual, significa um recurso violento empregado oficialmente contra movimentos sociais, dissidentes, revoltas populares e etc.<sup>2</sup> Este vocábulo, portanto; tem um espaço significativo na história da Ditadura Civil Militar no Brasil se tratando de um momento histórico marcado por práticas que desencadearam, muitas vezes de forma negligente, um duro processo de perseguição contra aqueles que se opunham aos militares, principalmente a partir da implementação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968. Quando nos propomos a falar sobre o processo de repressão no regime militar, estamos também, fazendo referências a fatos mal resolvidos, sentimentos, paixões que foram privados, interrompidos e marcados pela ausência de respostas.

Dentro de uma perspectiva apresentada por Jacob Gorender, o historiador afirma que “o principal” da ditadura já foi extraído e que somente os detalhes e as atuações individuais podem nos fornecer revelações mais significativas sobre os fatos (Gorender, 1987), Carlos Fico por sua vez, afirma que é necessário descobrir novas fontes provenientes do governo ou em arquivos sigilosos (Fico, 2003 p.173). Neste aspecto Carlos Fico afirma que embora tenhamos, de modo geral, assimilado a informação que os militares queimaram ou deram fim a essas fontes, os arquivos dos antigos departamentos de ordem política e social (Dops) nos possibilita um vasto objeto de análise para pesquisas, no arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) muitas dessas fontes se quer foram tocadas, o que abre um leque de possibilidades para pesquisas e análises acerca da estrutura da ditadura civil militar no Maranhão como testamentos, dossiês, cartas, publicações de jornais, ofícios de subversão dentre outros. Os trabalhos desenvolvidos sobre o tema na região nordeste tem sido cada vez mais cobiçados pelos historiadores que se debruçam sobre o regime militar contemplando os desejos de Gorender em mergulhar nos fatos isolados e obviamente descentralizar as discussões sobre a repressão no eixo Rio-São Paulo ou na região Sudeste.

---

<sup>2</sup> <http://www.dicionarioinformal.com.br/repress%C3%A3o/>

Neste artigo iremos analisar o processo de repressão considerando aspectos determinantes para entender a Ditadura Civil Militar, como a criação de alguns órgãos pelos militares para “estabelecer a ordem” principalmente no campo cultural, como a censura a jornais, músicas, teatros; as estruturas de espionagem, que segundo Carlos Fico, chegava a criar situações em volta de um cidadão que poderia ser ou não, um suspeito, que porventura ameaçaria a moral dos militares, sendo considerados subversivos a ponto de serem torturados ou até mortos; as propagandas que eram lançadas com a proposta de legitimar um “bem estar social” e maquiar as mazelas sociais provenientes das repressões do regime militar. Por fim, nos apropriaremos de algumas análises feitas por Antônio Gramsci <sup>3</sup>de “batalha cultural”. A partir dela, procuraremos entender em determinados momentos o quanto os aspectos culturais no regime militar estiveram inteiramente conexos com a disputa de poder de diferentes grupos que lutavam pela hegemonia, órgãos a exemplo do IPES e o IBAD que não eram nada mais do que instituições criadas com a proposta de apresentar projetos políticos que por sua vez eram defendidos por diferentes classes que almejavam chegar ao poder, logo, o momento em que são apresentadas organizações com uma estrutura cultural e ideológica, para Gramsci, tornam-se mais prováveis e sólidas as chances de chegar ao poder.

Assim iremos notar que por traz de diversos projetos políticos e econômicos vislumbrados e até mesmo concretizados pelos militares, a montagem de um aparelho repressivo não ficou em segundo plano, muito antes pelo contrário, a macro estrutura encabeçada pelos militares com a intenção de punir, torturar, privar e até matar em nome da manutenção da ordem do aparelho estatal gerou um clima de medo na sociedade civil do Brasil durante o regime militar.

## *2. Localização histórica*

A implementação do Ato institucional nº 5 no dia 13 de dezembro de 1969 marcou um momento de tensão no período da Ditadura Civil Militar no Brasil. Os militares da “linha dura” sobre o comando do então Presidente Artur da Costa e Silva protagonizaram aqueles que podem ser considerados os momentos mais conturbados da história social do Brasil no que relacionaríamos nos dia de hoje como: liberdade de

---

<sup>3</sup> Considerando a vasta produção de Gramsci em todos os campos da história não farei uma análise minuciosa do artigo sobre ele, no entanto me apropriarei de algumas de suas análises para tentar enriquecer um pouco a discussão.

expressão e valorização dos direitos humanos. Com Costa e Silva no poder em 1969 e a implementação do AI-5 estavam estabelecidos os novos parâmetros que deveriam ser obedecidos, no entanto, os militares estavam muito mais preocupados em proteger-se dos aparelhos de contestação que surgiram com grande efetividade afim de questionar o regime e suas práticas.

O historiador Carlos Fico, em um texto intitulado: *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*<sup>4</sup>, apresentam alguns motivos que impulsionaram a instauração do ato como os famosos discursos de Marcio Moreira Alves que se tratava da greve das namoradas dos militares incentivadas a fazerem greves contra seus maridos; apresenta ainda a vontade primária que era fechar a câmara dos deputados realizando a operação limpeza, no entanto segundo Fico, muito mais do que dissolver a câmara dos deputados ( fato que o presidente anterior Castelo Branco já havia feito) um dos grandes trunfos do AI-5 foi a possibilidade de cassação de mandatos de alguns políticos suspendendo também a garantia de atuações políticas, o confisco de bens daqueles que enriqueceram ilicitamente e que reduzisse o poder do habeas corpus a ponto de não definir por completo o fim de um determinado processo (Fico,2003,p.183) e ainda como inovação e peculiaridade do AI-5 temos a não demarcação do tempo em que perduraria o ato institucional diferentemente dos outros que tinham “data pra terminar”, o AI-5 por sua vez não tinha prazo de validade.

Nesse contexto de permutações por partes dos militares muito órgãos que funcionavam anteriores ao regime foram destituídos, outros despereceram por implicância dos militares. Os IPMs (Inquéritos Policiais Militares), por exemplo, eram vítimas do discurso da ineficiência e de que a revolução não estava sendo concretizada devido à demora em julgar os processos; a “Comissão Geral do IPM” era inicialmente de responsabilidade dos policiais civis, no entanto, depois do AI-5 foi editado um novo *código de processo penal militar* em que todas as delegações e responsabilidades foram passadas aos militares se apropriando mais uma vez do discurso da eficiência e da rapidez. Na verdade esses entraves dos policiais militares contra os federais permanecem até hoje, o fato é que os linhas-duras organizaram um forte aparelho repressivo muito bem estruturado segundo Carlos Fico, projetado os golpes e as leis

---

<sup>4</sup> FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lúcia (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**. Rio de Janeiro :Civilização Brasileira,2003,p167-2005

bem antes do que esperavam. O que eles queriam realmente era torturar e acabar com qualquer ameaça que ferisse com o que os militares julgavam corretos. Estas análises, portanto correspondem estrutura Gramsciana de busca pela hegemonia em que este processo além de ser feito em longo prazo, é realizado somente pela classe que se encontra no poder e que lidera a constituição, ou seja, as modificações sociais para Gramsci só serão possíveis precedidos de um projeto cultural bem articulado com diz Carlos Nelson Coutinho na sua obra: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*.<sup>5</sup>

### 3. A MEGA ESTRUTURA DE REPRESSÃO

Mediante ao novo momento em que os militares tomam as rédeas no regime militar surge a necessidade de criar uma nova estrutura pra combater aqueles que ameaçavam a ordem do País. Nesse contexto percebemos que alguns órgãos de repressão vão sendo criados a fim de não dar brechas às constantes práticas de contestação que consecutivamente também vão se intensificando no período da ditadura através dos jornais e as diversas manifestações culturais. Inicialmente o SNI (Serviço Nacional de Informações) que era nada mais que uma instituição responsável pelas informações desde as fases de conspirações anterior ao golpe, posteriormente, já na Era de Juscelino Kubistchek, foi criado também o Sistema Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) criado por Golbery do Couto e Silva (Fico, 2003 p.175).

A figura de Golbery,o ministro Chefe da Casa militar ,o general Jayme Portela de Melo e o próprio presidente Costa e Silva se tornaram figuras essenciais para entender as origens da repressão, as competências do Conselho de Segurança Nacionais foram somente aumentando. O que Carlos Fico se propõe neste tópico é justamente a percepção de que estava sendo montada no país uma estruturada rede de espionagem para monitorar os subversivos. A criação da Assessoria Especial de Segurança (AESI) foi criada bem mais por capricho e pelo prestígio dos seus chefes, ou seja, as Aesi's eram a assessoria de um “órgão macro” subordinada ao Conselho de Segurança Nacional para auxiliar nas investigações e nas práticas de espionagem, no entanto

---

<sup>5</sup> COUTINHO, Carlos Nelson, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

observa-se que se tratava muitas vezes de pura ostentação dos próprios militares em não dar qualquer chance para a contestação embora isso não tenha surtido tantos efeitos a ponto de inibir por completo as manifestações culturais recorrentes na época. Depois do primeiro órgão só se sucederam a criações de mais e mais órgãos como o “Plano Nacional de Informações” aprovado pelo SNI e que se tratava de uma zona de espionagem que passaria a partir daquele momento a fazer parte do conjunto. Outra criação das linhas-duras foram os falados CODI-DóI ou DÓI-CODI que aliavam a simples prática de colher informações e executar as penas e as torturas designadas. Segundo Carlos Fico o DÓI fazia todo o processo de sondagem, recortes de jornais, ou seja, se encarregavam de juntar as provas em quanto o CODI que castigava, torturava e até matava, ele afirma que ainda existiam mais órgãos internos como o Centro de Informações do Exército, o Cisa (Centro de Informação de segurança da Aeronáutica) e o Ceninar que era o da Marinha (considerado o mais violento dos três). Cabe lembrar que todos esses órgãos específicos foram criados com um objetivo principal que era lutar contra a subversão.

Em alguns casos no Maranhão em fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado se encontra várias listas de cidadãos que eram julgados por militares como “subversivos” e que muitas vezes nem sabiam que eram notificados. Onde queremos chegar é que a criação deste macro aparelho formado para reprimir os “subversivos” chegaram a extremos estúpidos como julgar banalmente qualquer cidadão que vivesse uma rotina um pouco diferente dos demais, era sujeito a investigação, como cita Carlos Fico um simples fato da presença de um professor universitário sendo militante de esquerda poderia ser considerado um subversivo. No entanto se de um lado a vida cotidiana de um trabalhador comum é abalada, os policiais pertencentes a muitos desses órgãos também não poderiam se expor nem “dando pinta” de que pudessem ser militares, pois logicamente assim como civis normais morreram muitos militares também vieram a falecer pelas represarias.

Um fato importante de se destacar é que o discurso para legitimar perante a sociedade a atuação de muitos desses órgãos foi o combate à luta-armada e as guerrilhas urbanas que segundo os militares estavam por vir. Embora se tivesse tais acontecimentos, mesmo depois do fim das “guerrilhas” os órgãos continuaram atuando de forma efetiva, no entanto muda-se o foco: a disseminação das ideias socialistas e do comunismo pregados pelos PCB agora seria o novo apoio para legitimar o discurso de

atuação dos órgãos de repressão. Outro aspecto que vale ressaltar foi à criação do Sistema CGI (Comissão geral de investigações) que consistia na punição de homens públicos que se envolviam em escândalos de corrupção e enriquecimento ilícito. (Fico 2003 p.187) No entanto este funcionou por pouco tempo já que muitos militares estavam também envolvidos em crimes de corrupção; Logo este serviu principalmente para intimidar os inimigos a não entrarem na “onda de corrupção”

#### 4-CENSURA: criação ou adaptação?

No campo da censura é importante frisar que a censura sempre existiu no Brasil e que nunca foi difícil censurar neste país. Obviamente ao pensáramos nas práticas de censuras mais significativas a ditadura civil militar sem dúvidas é o maior objeto de estudo, no entanto não se trata de uma criação da censura mas uma adequação dela nos moldes da ditadura.

No texto: *Cães de Guarda: entre jornalistas e censores*<sup>6</sup>, Beatriz Kushnir em dois capítulos de sua tese define os militares como agentes intensos na censura no Brasil focando principalmente nos cruzamentos que se davam entre os jornalistas que eram censores ou vice-versa, em outros casos de jornalistas que eram policiais e também censores. A autora da continuidade em sua análise afirmando que as empresas jornalísticas poderiam também ser vistas como clãs, feudos, oligarquias partindo do pressuposto que os principais jornais do eixo Rio-São Paulo-*Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo*, são ou foram pelo menos até pouco tempo empresas familiares (Kushnir, 2004 p.250-251).

Destacamos ainda a censura prévia citada por Carlos Fico como uma medida de proteção dos militares para que não fossem liberadas quaisquer publicações. A censura prévia consistia na análise das publicações de artigos matérias que eventualmente poderiam significar uma afronta ao Regime militar podendo ser divulgada ou instantaneamente vetada. No âmbito musical não foi diferente. Em entrevista ao “Estado de São Paulo”, em 30 de Janeiro de 2005, Odete Lanziotti, funcionária aposentada da polícia federal e ex técnica de censura nos anos 70, relatou situações pelas quais teve que vetar músicas ou responder alguns processos por liberação de músicas que supostamente estariam abalando a moral do Estado:

---

<sup>6</sup> KUSHNIR, Beatriz, *Cães de Guarda: entre jornalistas e censores*. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O Golpe militar e a ditadura civil militar 40 anos depois(1964-2004)** Bauru,SP :Edusc 2004.

Muitas vezes, a gente reprovava a música, mas se sentia como se estivesse se prostituindo, porque não concordava com aquilo. Mas os censores tinham de ter o máximo de cuidado. Recebíamos muitas orientações que deviam ser seguidas. Quem aprovasse uma música que depois fosse reprovada em Brasília tinha de responder a processo interno.

Livros e as peças de teatro também foram censurados. Muitas produções cinematográficas que na teoria estavam prontas foram vetadas e proibidas de serem exibidas. No entanto vale destacar que algumas dessas produções, embora não tivessem condição de passar teoricamente pela censura, acabavam sendo liberadas pela relação de negócios dos militares com os empresários que as financiavam.

## 5. CONCLUSÃO

Quando citamos Gramsci embora de forma simplória estabelecemos uma relação da cultura com a hegemonia em que a batalha cultural é pensada como um projeto anterior a conquista do poder. Gramsci observa na cultura um meio privilegiado de romper com o individualismo (Coutinho,1989 p.8 ).No desfecho da história da ditadura percebemos que as manifestações culturais foram preponderantes pra a consolidação das diretas já que por sua vez declarou o fim da ditadura militar. A proposta foi apresentar a montagem e as articulações feitas pelos militares para não deixar ser invadido pelos movimentos de contestação contra a ditadura, perceber ainda que o projeto da ditadura militar em si foi muito bem articulado capaz ainda de sobreviver por 20 anos .Percebemos também basicamente como funcionava o processo de censura pela polícia federal em que qualquer “passo equivocado” poderia ser usado contra o censor. A dinâmica não se diferenciava, o foco era manter a ordem independente se qualquer situação.

## 6.REFERÊNCIAS

- <http://www.dicionarioinformal.com.br/repress%C3%A3o/>
- COUTINHO, Carlos Nelson, Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política ,censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; Delgado ,Líclia (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**. Rio de janeiro :Civilização Brasileira,2003,p167-2005
- KUSHNIR, Beatriz, Cães de Guarda: entre jornalistas e censores. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) **O Golpe militar e a ditadura civil militar 40 anos depois(1964-2004)** Bauru,SP :Edusc 2004.